



SEM REPASSE JUSTO, NÃO DÁ!

MOBILIZAÇÃO DIA 30

MUNICÍPIOS PARANAENSES SE MOBILIZARÃO NO DIA 30 DE AGOSTO CONTRA CRISE FINANCEIRA

Queda na arrecadação de 20% nas receitas dos municípios, apontada pelo repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) no segundo quadrimestre do ano; redução do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços); diminuição nos Impostos e Tributos Municipais têm comprometido a gestão municipal.

Em assembleia promovida no último dia 23 de agosto, na sede da AMP (Associação dos Municípios do Paraná), em Curitiba, o presidente da AMP, Edimar Santos (prefeito de Santa Cecília do Pavão), a Diretoria Executiva, os presidentes das 19 associações regionais de municípios, prefeitos e prefeitas de todas as regiões do Estado decidiram promover uma mobilização, no dia 30 de agosto, em um movimento intitulado "SEM REPASSE JUSTO, NÃO DÁ!".

O objetivo do movimento é explicar à população a situação econômica dos municípios, mas principalmente chamar a atenção dos Governos Federal e Estadual, do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa para as dificuldades financeiras enfrentadas pelas prefeituras, sobretudo devido à oscilação nos repasses do FPM (principal fonte de receita de 70% das 399 cidades do Estado) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE), com previsão de queda para o mês de agosto. Seu objetivo é denunciar a perda de recursos das prefeituras, que afeta drasticamente as finanças dos municípios e compromete a prestação de serviços públicos de qualidade à população que mais precisa.

No primeiro repasse de recursos às prefeituras em julho desse ano, o FPM caiu 34% em relação ao mesmo período de 2022. No primeiro repasse de agosto, caiu mais 20% em comparação com igual período do ano passado. Outro problema existente foi a desoneração do ICMS dos combustíveis, que impacta na queda do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

A Constituição Federal de 1988 promoveu uma série de avanços e conquistas à sociedade brasileira, sobretudo nos direitos sociais. Entretanto, impôs também aos 5,5 mil municípios brasileiros uma forte concentração de recursos nas mãos da União e dos Estados.

Os números comprovam isso. De acordo com a CNM (Confederação Nacional de Municípios), os municípios recebem apenas 19% de todas as receitas arrecadadas pela União, enquanto os Estados ficam com 31% e o Governo Federal, com 50%.

Essa desigualdade na distribuição de recursos, somada à decisão da União de não compartilhar contribuições e alguns tributos com Estados e Municípios, agravou o quadro financeiro dos municípios.

A situação financeira das prefeituras no Paraná, que em 80% dos casos são municípios de pequeno porte e dependem diretamente desses repasses dos fundos constitucionais para atendimento do serviço público, está colapsada.

SEM REPASSE JUSTO, NÃO DÁ!

MOBILIZAÇÃO DIA 30

Principais causas da crise econômica das prefeituras:

- 1) Estagnação do repasse do FPM;
- 2) Desoneração do ICMS dos combustíveis;
- 3) Restituição do IR – Imposto de Renda;
- 4) Concessão de benefícios de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)
- 5) Aumento exponencial dos preços de bens, serviços e materiais para administração;
- 6) Aumento das despesas com folha de pessoal;
- 7) Perdas com a inflação. A previsão é as prefeituras fecharem o ano com recursos 15% menores que os de 2022.
- 8) Valores não atualizados de programas federais e estaduais, que acabam sendo realizados pelos municípios, como por exemplo o SAMU.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

CONGRESSO NACIONAL:

A reunião para a entrega da pauta à bancada federal do Paraná foi agendada para o dia 4-09, às 8h30, na sede da AMP, em Curitiba (Praça Osório, 400, sala 401).

- 1) Defesa e Regime de Urgência da pauta prioritária dos municípios no Congresso Nacional:
- 2) Aprovação da PEC 25/2022, que estabelece adicional de 1,5% ao FPM;
- 3) Aprovação do PL 334/2023, que reduz a alíquota para 8% das contribuições sociais a serem pagas ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social) pelos Municípios com menos de 142.633 hab.
- 4) Aprovação do PLP 94/2022 (PLP 136/2023), que formaliza o acordo no âmbito do STF (Supremo Tribunal Federal) de compensação das perdas do ICMS.
- 5) Reforma tributária. Emendas ao PL 45/2019. As alterações propostas pelas organizações de representação dos municípios objetivam: garantir a paridade efetiva entre Estados e Municípios na estrutura do Conselho Federativo, preservar a autonomia das gestões tributárias municipais, estabelecer progressividade no ITBI, garantir a repartição efetiva e eficiente do IBS com os Municípios, reservando 35% da distribuição da quota-parte para ser definido por lei estadual. Também define que as compras públicas não tenham qualquer incidência do IBS e CBS, bem como permite que os municípios definam alíquotas sobre serviços financeiros e, por fim, exclui a possibilidade dos Estados reterem recursos dos Municípios com o mecanismo de fundos.
- 6) PEC da Previdência: obter assinaturas dos parlamentares de apoio à PEC. Visa estender aos municípios com RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) as regras de Previdência da União. Apenas 31% das 5,5 mil prefeituras brasileiras implementaram a reforma.

SEM REPASSE JUSTO, NÃO DÁ!

MOBILIZAÇÃO DIA 30

GOVERNO FEDERAL:

- 1) Pagamento de R\$ 650 milhões dos serviços sociais já prestados pelos municípios do Paraná;
- 2) Aprovação de Auxílio Financeiro aos Municípios;
- 3) Revisão e atualização dos valores dos convênios para obras e serviços;
- 4) Custeio da saúde: aumento e atualização dos valores da tabela do SUS;
- 5) Aumento em 100% dos valores para o SAMU e renovação da frota de veículos;
- 6) Financiamento e registro da produção dos Consórcios de Saúde;
- 7) Repasse dos encargos e ajuste nos valores do piso da enfermagem;
- 8) Implantação urgente da repatriação de ativos (valores, bens, créditos e direitos) mantidos no Exterior;
- 9) Redução imediata da taxa de juros pelo Banco Central, para impulsionar a produção e o consumo;
- 10) Não promover renúncia fiscal, com impostos que impactam nos municípios.

GOVERNO ESTADUAL:

- 1) Aprovação de Auxílio Financeiro aos Municípios;
- 2) Projeto de Lei das empresas que têm incentivo fiscal do Estado para uma antecipação de arrecadação de ICMS e repasse para os municípios neste momento de necessidade;
- 3) Projeto de Lei com destinação de parte dos valores provenientes da venda da Copel às prefeituras;
- 4) Aumento dos valores destinados às prefeituras para o transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino;
- 5) Aumento de 100% nos valores de repasse do SAMU;
- 6) Fortalecimento dos Consórcios de Saúde, reforçando os valores e registro da produção e novos programas de custeio.
- 7) Otimização do valores do Opera Paraná para os Consórcios ou Fundo a Fundo aos municípios.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Reunião com a bancada estadual do Paraná para apresentação da seguinte pauta:

- 1) Projeto de Emenda Estadual de Transferência Especial – Mesmo parâmetro da EC 105/19;
- 2) Criação da Frente Parlamentar Municipalista.

SEM REPASSE JUSTO, NÃO DÁ!

MOBILIZAÇÃO DIA 30

AMP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

SUGESTÕES PARA ATENUAR OS IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS

- 1) Realizar BALIZAMENTO de preços nos contratos;
- 2) Não aprovar Lei Municipal de Piso de Categoria sem a devida previsão de recursos pela União;
- 3) Aprovar o Refis Municipal, incentivando o recebimento de valores dos contribuintes em débito;
- 4) Não conceder elevação no Plano de Cargos e Salários;
- 5) Reduzir os valores de extra-cota na área da saúde;
- 6) Implantar a central de frotas para otimizar o transporte em todas as áreas;
- 7) Fomentar o desenvolvimento econômico local;
- 8) Intensificar a eficiência tributária, melhorando a fiscalização para combater a sonegação de impostos;
- 9) Adotar demais medidas necessárias para o controle de gastos públicos.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Presidente da AMP e prefeito de Santa Cecília do Pavão

AMP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

